

# Empresas | Infraestrutura

## Construção pesada Em recuperação judicial, companhia quer pagar parte da dívida com 50% de desconto em 2032

# Plano da Mendes Júnior divide credores

**Marcos de Moura e Souza**  
De Belo Horizonte

A construtora Mendes Júnior, um dos alvos da Lava-jato, tenta aprovar no dia 22 proposta para saldar uma dívida de R\$ 302,2 milhões. O valor foi inscrito no processo de recuperação judicial da empresa iniciado no ano passado.

A aprovação depende dos credores, formados por ex-funcionários, fornecedores, prestadores de serviços e advogados. Nesse momento, não há consenso no grupo. A assembleia vai ocorrer em Belo Horizonte. Caso não haja quórum, uma segunda chamada está prevista para dia 27, que valerá com qualquer quórum.

“Em tese, a rejeição do plano implicará na falência da empresa, o que não será bom para ninguém”, disse ontem José Murilo Proença, advogado da Mendes Júnior no processo de recuperação judicial. “Mas não é isso que estamos visualizando.”

Os dois maiores credores — ambos do setor de locação de máquinas e equipamentos — disseram ao Valor que não aceitam a forma como a Mendes Júnior pretende pagá-los. A proposta da empreiteira é pagar a credores desse tipo com 50% de desconto e só daqui a 180 meses, ou 15 anos. “É totalmente inexecutável e nessa linha a gente não vai aceitar”, disse Paulo César Alencar, advogado do empresário cearense Laurito Carvalho Júnior, que forneceu caminhões e máquinas para a Mendes Júnior em obras da ferrovia Transnordestina. A administração da recuperação judicial cita que o valor que o empresário tem a receber é de R\$ 6,2 milhões. O advogado diz que passa dos R\$ 9 milhões. “Esse plano não é factível”, acrescenta Cristian Domecq, sócio da CME Comércio de Máquinas, empresa do Rio e maior credor da Mendes Júnior no processo de recuperação judicial. O valor é de R\$ 12,8 milhões. “No que depende da gente, o plano não será aprovado”, afirmou Cristian. Sua empresa prestou serviços e locou equipamentos para a em-

preiteira mineira, que tinha um contrato de manutenção de plataformas da Petrobras.

A primeira proposta da Mendes Júnior já havia sido recebida com críticas: a ideia anterior era dar aos credores títulos lastreados em créditos que a companhia conta que um dia receberá de contratos já cumpridos. A Justiça rejeitou o modelo e determinou que a empresa apresentasse uma segunda proposta. E essa que será votada no fim do mês.

Ex-funcionários parecem estar mais inclinados a aceitar a nova proposta. Para eles, a Mendes Júnior propõe pagar em onze meses o que deve. O total devido aos trabalhadores é de R\$ 30 milhões. “Eu sinto que os trabalhadores estão satisfeitos com o plano”, disse a advogada Maria Celeste Guimarães, administradora da recuperação. Dos 3,3 mil credores, 1,760 são ex-funcionários ou funcionários. A condição dada aos trabalhadores é a mesma que vale para escritórios de advocacia. “Se a Mendes Júnior fez essa proposta ela deve ter ido até onde ela pode”, afirmou o advogado de Brasília Eduardo Ferrão, que há anos atende a empreiteira e tem R\$ 2,9 milhões em honorários a receber. “Em geral, nessas situações há muito pouco espaço para credores agirem.” Para ser barrada, a proposta terá de ser rejeitada pela maioria dos funcionários e advogados; pela maioria das micro e pequenas empresas; e pela maioria das empresas de maior porte. A Mendes Júnior já foi a maior empreiteira no país. Tem um histórico de 70 anos e obras importantes de infraestrutura como a Ponte Rio-Niterói e a Hidrelétrica de Itaipu. Na Lava-jato, a empresa — a exemplo do que ocorreu com quase todas as grandes empreiteiras envolvidas — teve executivos presos e condenados à prisão por corrupção na Petrobras. Em abril de 2016, a construtora foi listada como inidônea pela Controladoria Geral da União, o que a impede por dois anos de assinar contratos públicos.

## BH Airport vai ao STJ contra Pampulha e cogita até reequilíbrio de contrato

**Aeroporto**

**Fernanda Pires**  
de São Paulo



MARCO SPOSITO/IMR

A concessionária sustenta que a licitação para arrematar Conflins em 2013, foi norteadada pela “política de aviação civil sugerida para a região”. De acordo com essa política, Pampulha seria o polo de aviação regional e executiva e Conflins teria o papel de centuar e operar voos interestaduais, inter-

## Queiroz Galvão revê plano estratégico

**Petróleo**

**Amaté Ramalho**  
Do Rio

A Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEF) pretende fazer uma distribuição extraordinária de dividendos com o “excesso de caixa” obtido com a venda de Carcará (concessão BM-S-8) para a Statoil. Antes disso, porém, a

vamos considerar a financiabilidade da companhia no longo prazo”, afirmou a executiva. A Queiroz Galvão vendeu sua fatia de 10% em Carcará por US\$ 379 milhões, em três parcelas: a primeira, equivalente à metade do valor total, será paga pela Statoil no momento do fechamento da transação, previsto para este ano.

Enquanto isso, a empresa se prepara para entrar nos próximos meses como produtora de petró-